

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES**  
**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO**  
**INCISO XI DO ART. 4º**

(Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012)

(Vide art. 3º da IN RFB nº 1.244/2012)

Ilmo. Senhor(a).

A empresa NNAL Comércio de Materiais Médicos e Serviços Empresariais Ltda. ME, com sede na Rua Clarice Lispector, 91 – Quadra 03 – Lote 63 - Itapeba – Maricá – RJ – CEP: 24913-450, inscrita no CNPJ sob o nº 10.535.809/0001-71, DECLARA à **CAMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO – RJ (DE: Nº90005/2024)**, para fins de não incidência na fonte do [IRPJ](#), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ([COFINS](#)), e da Contribuição para o [PIS/PASEP](#), a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - [Simples Nacional](#), de que trata o art. 12 da [Lei Complementar 123](#), de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da [Lei 9.430](#), de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Maricá, 13 de Junho de 2024.



Nei Rodrigues de Carvalho Filho.  
Sócio Administrador.  
CPF: 815.365.267-20.

